

MILLENNIUM

#14

Novembro
2022

AGRO NEWS

EM ANÁLISE

Fileira dos Suínos (Carne)



OPINIÃO

SAPOR – Sociedade Portuguesa Lda.

ALPORC – Agrupamento dos Lavradores
Criadores de Porco Alentejano, S.A.

DOSSIER ESPECIAL

PEPAC – Plano Estratégico da Política
Agrícola Comum 2023-2027

Millennium
bcp Empresas

AQUI CONSIGO

Editorial

SOMOS 8 MIL MILHÕES



Há alguns dias, o nosso planeta passou a contar com 8 mil milhões de seres humanos e estima-se que chegaremos aos 10 mil milhões em cerca de 30 anos.

É um número assombroso e, simultaneamente, extraordinário! Ele traduz a existência e a convivência comum de raças, credos e culturas que, em muitos casos sendo tão díspares e ancestrais, fazem da Humanidade um ecossistema único e sem paralelo.

Porém, a Terra é um lugar onde a alimentação (no sentido lato da expressão) não é partilhada por todos os seus habitantes nos mesmos termos e condições, quer seja pela sua quantidade e diversidade, quer seja pelo custo económico ou pelo elementar direito a uma refeição.

Vivemos numa era onde coincidem a alimentação da abundância e do desperdício, nas sociedades mais ricas e desenvolvidas,

que contrasta, muitas vezes de forma brutal e chocante, com as sociedades onde a subnutrição, a sede e a fome são a perspetiva diária dessa parcela da Humanidade.

É nesta atmosfera simplista, mas razoavelmente consensual, que periodicamente a opinião pública é confrontada com notícias e debates sobre o futuro da nossa subsistência global e sobre a importância estratégica do setor primário.

Esta edição #14 da Agro News, dedicada à fileira da carne de porco, conclui o capítulo de estudos que aqui desenvolvemos sobre a produção animal (avicultura, bovinos e pequenos ruminantes). Trata-se de um segmento sensível e importante no contexto agroalimentar nacional que, mais adiante, é analisado e avaliado pela nossa parceira AGRO.GES, no exame que habitualmente promovemos.

Recomendo a sua leitura, para a verificação do pulsar mais recente dos seus operadores e intervenientes.

Convidámos também a SAPOR – Sociedade Portuguesa Lda., uma PME que há vários anos é bem-sucedida na exploração suinícola intensiva, e a ALPORC S.A., uma Organização de Produtores que atua em Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal, ao serviço dos criadores de porco alentejano, para nos darem conta das suas vivências.

A fileira da suinicultura, quer em regime intensivo, quer em regime extensivo, está a fazer o seu caminho no debate sobre a alimentação do futuro e sobre o futuro da alimentação, procurando modernizar-se ainda mais para corresponder às exigências legais da internacionalização e ajustar-se aos comportamentos de sustentabilidade, cada vez mais globais, dos consumidores.

Esta edição fecha com um artigo de opinião do Professor Francisco Avillez, num Dossier Especial, dedicado ao PEPAC 2023-2027 (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum).

Há um 1 ano, numa outra edição, já tínhamos contado com a sua, incontornável, análise.

O PEPAC envolve e apresenta opções estruturantes para esta década e deixará raízes marcantes para os anos vindouros. Trata-se de um assunto que não tem sido consensual entre os vários agentes do setor primário nacional. Nada melhor do que perceber o ponto de vista de um reconhecido perito, com muitos anos de dedicação intelectual à agricultura portuguesa e europeia.

Como já afirmei várias vezes, acredito, acima de tudo, na capacidade dos empresários portugueses para fazerem crescer a economia do país. São eles quem melhor representa a capacidade de recuperação e resiliência em Portugal, porque são a realidade constante de todas as retomadas da nossa economia. 2023 não será diferente!

Em conclusão, desejamos Boas Festas e um bom ano de 2023 a todos os leitores. Vamos lá!

João Nuno Palma
Vice-presidente
da Comissão Executiva

Em análise

FILEIRA DOS SUÍNOS (CARNE)

A produção e transformação da carne de porco, criado em regime intensivo e em pastagem, tem características muito próprias e particulares. Os progressos visíveis no setor e a atenção que a opinião pública lhe dedica são razões mais do que suficientes para determinar o seu posicionamento no setor agroalimentar e no mundo rural. Face a esta realidade, e com o objetivo de auxiliar o empresário e o investidor com informação mais precisa e fiável sobre o ponto de situação atual, procurando também retratar o respetivo nível estimado de risco, o parceiro AGRO.GES deixa um exame sobre este setor.



AGRO.GES
estudos e projetos

1. SÍNTESE DE 2019/20/21 EM PORTUGAL

Suínos

521 mil

cabeças normais
(CN¹) efetivo²

2,2 M

de cabeças animais
de suínos²
(32% leitões;
11% reprodutoras;
35% porcos de engorda;
23% outros suínos)

5,4 M

de suínos abatidos⁴

356 mil t

de produção de carne

65 kg/cabeça

de peso médio
das reses abatidas

160 M€

de euros de exportações⁴
(38% animais vivos e 62% carne)

82 mil t

(46% animais vivos, 54% carne)

1,95 €/kg

preço médio de exportação
(1,60 €/kg animais vivos
e 2,25 €/kg carne)

379 M€

de euros de importações⁴
(28% animais vivos e 72% carne)

172 mil t

(47% animais vivos e 53% carne)

2,20 €/kg

preço médio de importação
(1,32 €/kg animais vivos
e 2,98 €/kg carne)

Ver notas na página seguinte.

605 M€

(criação de suínos)

+1.170 M€

(abate de gado incluindo bovinos, suínos, ovinos e caprinos) milhões de euros volume de negócios⁵

532 M€

de Valor de Produção Padrão das explorações agrícolas exclusivas à produção de suínos (7,9% da agricultura)⁵

28.364

explorações agrícolas² produtoras de suínos

12 %

das explorações com leitões

22 %

das explorações com fêmeas reprodutoras

68 %

das explorações com porcos de engorda

27 %

das explorações com outros suínos

Não existe ajuda ligada

¹ Cabeça Normal - Medida Pecuária que relaciona os efetivos em função das espécies e das idades.

² Referente ao ano 2019

³ Referente ao ano 2020

⁴ Referente ao ano 2021

⁵ Existem explorações mistas, subentenda-se explorações de suínos, ovinos e/ou caprinos, que possuem ainda outras atividades, como gado bovino, suíno ou alguma produção vegetal, que no seu conjunto representam 19% do VPP agrícola, não estando aqui incluído o contributo específico do gado suíno.



2. PRODUÇÃO DE SUÍNOS

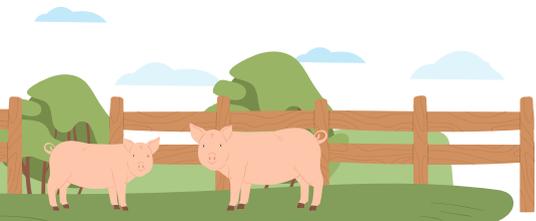
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES NACIONAIS

Suínos

Em Portugal, ao longo do período 2009-2019, o setor dos suínos observou um crescimento da produção, com o efetivo a crescer, em média, a uma taxa de 1,5%/ano.

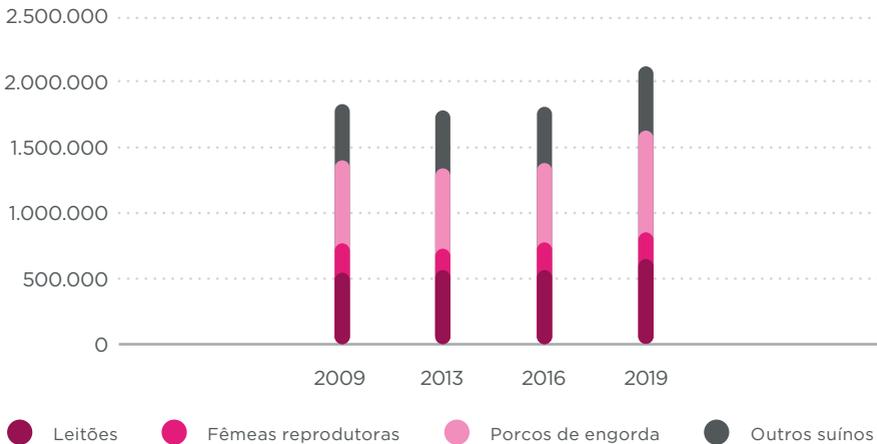
No mesmo período, o efetivo de suínos observou um crescimento significativo do número de animais, nomeadamente 16%.

Todas as classes de suínos sobressaem pela positiva, exceto as fêmeas reprodutoras que reduziram em 1% o seu efetivo na última década. O efetivo que mais cresceu foi o dos porcos de engorda, +21% desde 2009, ou seja, +4% do que o crescimento do efetivo de leitões.



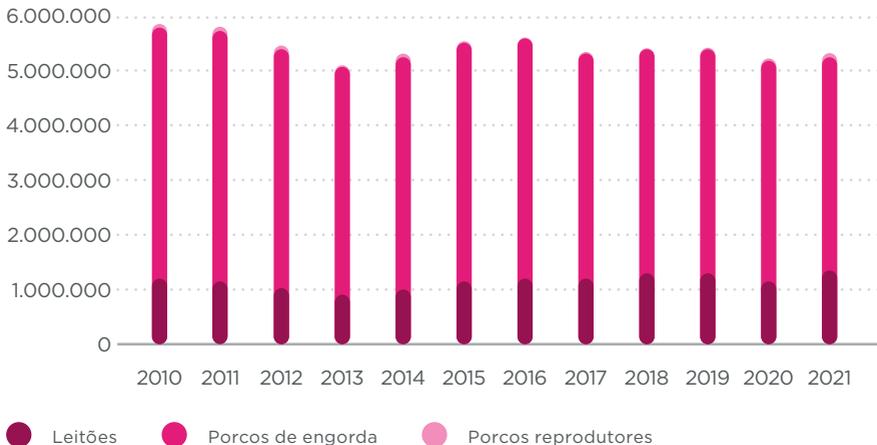
Efetivo de suínos, em Portugal, por categoria

(nº)



Abate de suínos, em Portugal, por categoria

(nº)



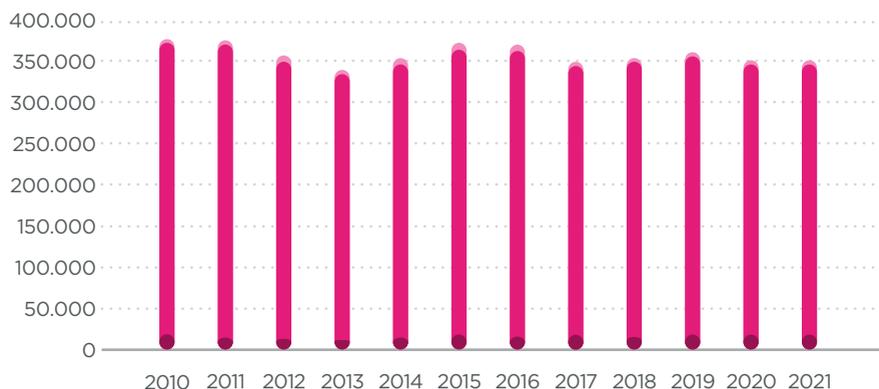
Quanto ao abate de suínos, entre 2010 e 2021, observou-se uma ligeira queda (-9%), destacando-se dois pontos de decréscimo durante o período, nomeadamente 2013 (-13% relativamente a 2010) e 2020 (-11% relativamente a 2010).

É de realçar o único crescimento de abates, em número de reses, dos leitões, com +16% na última década. Com estas alterações, os leitões passaram a representar 26% dos abates de suínos, em vez de 20%.

Em termos dos abates em toneladas, as tendências gerais são semelhantes, embora com um decréscimo menos acentuado, consequência de um aumento de peso médio de abate.

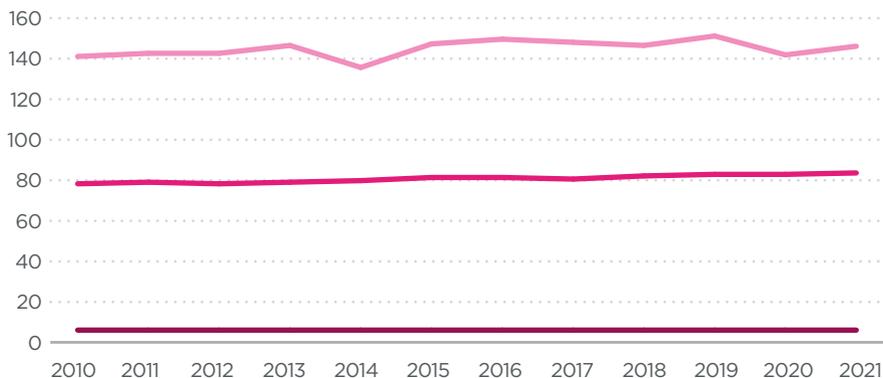
Destaca-se aqui o facto de o decréscimo verificado na quantidade (-7%), em toneladas, de suínos abatidos ser inferior ao que se observou para o número de animais abatidos (-9%), podendo-se concluir que se tem verificado um aumento de produtividade, como nos mostra a figura 4.

Abate de suínos, em Portugal, por classe etária (t)



● Leitões ● Porcos de engorda ● Porcos reprodutores

Abate de suínos, em Portugal, por classe etária (kg/cab)



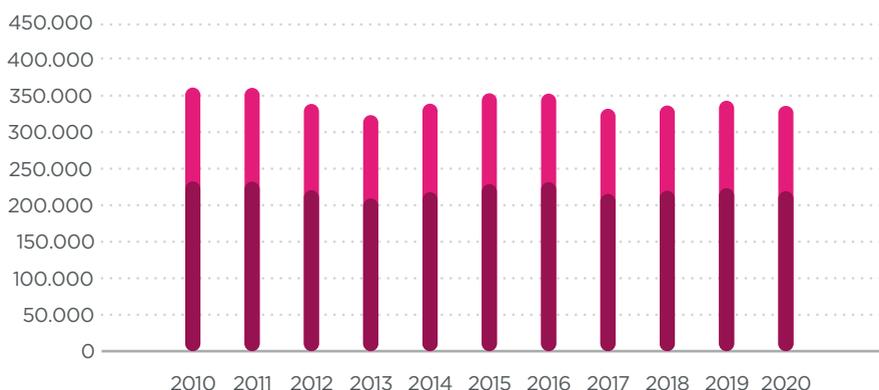
● Leitões ● Porcos de engorda ● Porcos reprodutores



O aumento de produtividade verificado entre 2010 e 2021 ocorreu nos suínos em geral (+1%), com o maior crescimento nos porcos de engorda (+8%), e com o único caso de decréscimo nos leitões, que se reduziu 4%.

Produção de carne de suínos, em Portugal, por classe

(t)



● Carne ● Toucinho

Relativamente à produção de carne nos últimos dez anos, em termos gerais, verificou-se um decréscimo de 7%, com algumas oscilações ao longo do período, que acompanharam as tendências dos abates. Neste período, manteve-se a proporção de produção de carne e 35% de toucinho.

Tal como aconteceu com o efetivo e com a produção de carne, o número de explorações com suínos também tem vindo a diminuir, mas com decréscimos muito mais acentuados, tendo-se verificado uma redução de 43% entre 2009 e 2019, ou seja, de 50 mil em 2009 para 28 mil em 2019. Este decréscimo

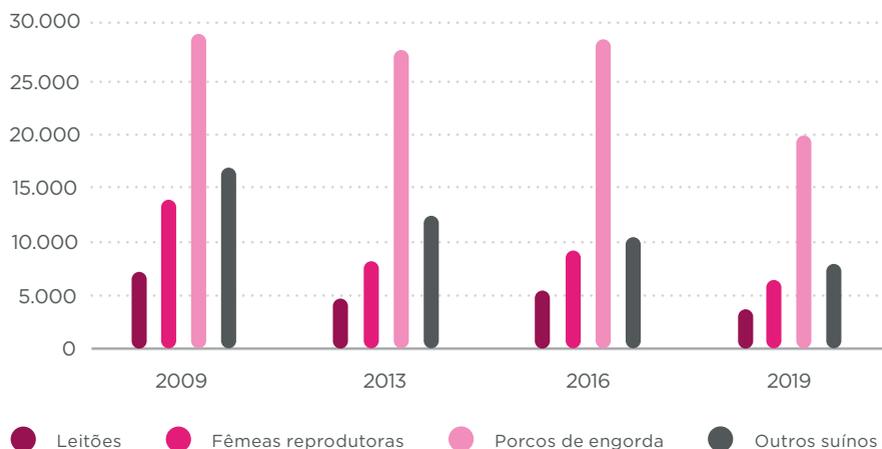


foi bastante superior se comparado com 1989, nomeadamente de -88%. O decréscimo foi maior no que diz respeito às explorações com leitões e fêmeas reprodutoras e menor naquelas de engorda.

Quanto aos preços praticados, de acordo com o SIMA, no período 2011-2021, sofreram oscilações, podendo constatar-se os seguintes aspetos:

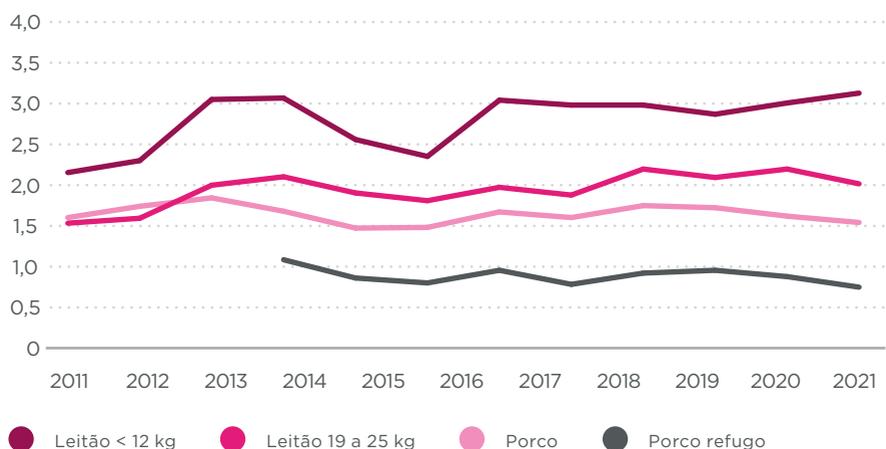
Explorações com suínos, em Portugal, por classe de suínos

(nº)

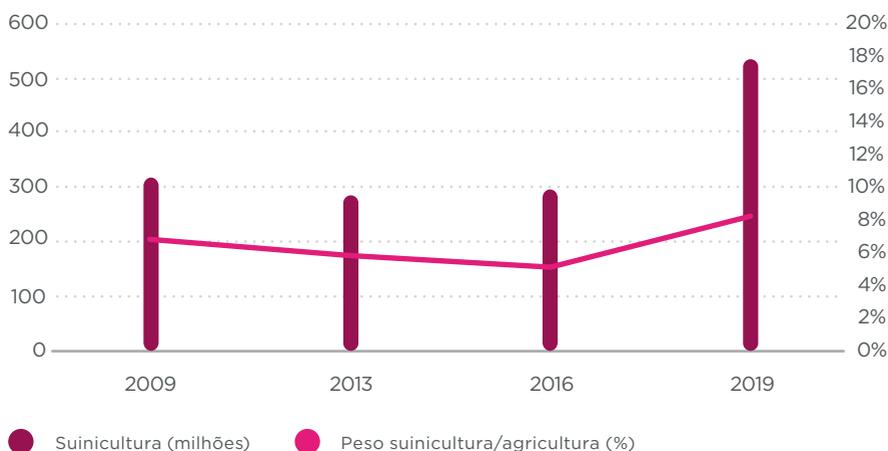


- Os preços por kg dos leitões vivos têm vindo a aumentar de uma maneira geral;
- O preço da carne de porco, apesar das oscilações, tem-se mantido relativamente estável, tendo registado entre 2018 e 2020 um período de alta;
- O preço da carne de porco de refugio tem diminuído.

Evolução do preço médio por tipo de produto de suinicultura (€/kg)



Valor de Produção Padrão, em Portugal, do setor especializado em suínos (10⁶€)



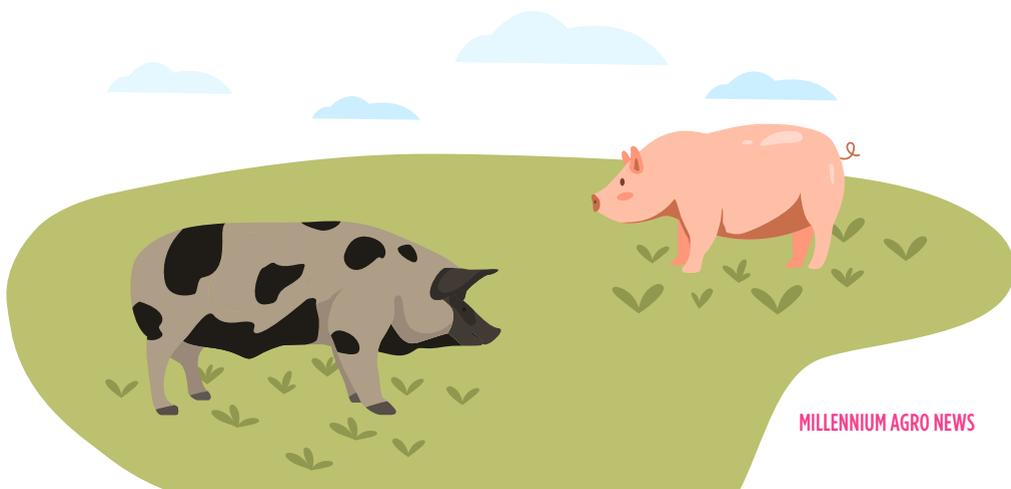
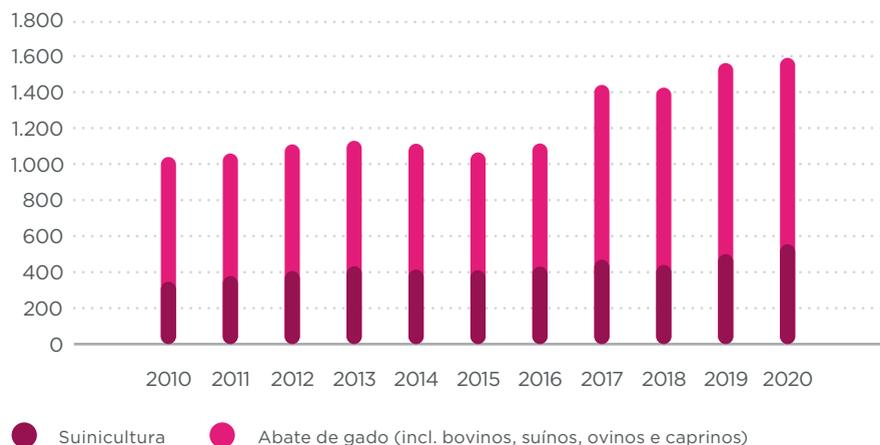
Na última década, o Valor de Produção Padrão das explorações especializadas em suinicultura reforçou o seu peso no setor agrícola. Nos primeiros dois terços da década, reduziu o seu peso de 6,9% do VPP agrícola para 5,7%, reforçando nos últimos três anos para 7,9%. Realça-se que o VPP agrícola, nestes últimos três anos, aumentou 46%, pelo que o crescimento da suinicultura foi ainda superior a este (+83%).

Em 2020, o volume de negócios associado à suinicultura foi de 605 milhões de euros, tendo-se verificado na última década um crescimento contínuo e significativo, nomeadamente de 54%.

Relativamente ao abate de gado, que inclui suínos, bovinos, ovinos e caprinos, também houve um aumento na última década, principalmente entre 2016 e 2019, onde se registou um crescimento de 55% do volume de negócios.

Esta evolução favorável não reflete nem a diminuição do efetivo de suínos nem da sua produção de carne, sendo consequência do aumento de preços verificados na última metade da década.

Volume de negócios das empresas, em Portugal, por atividade (milhões) (10⁶€)



3. PRODUÇÃO DE SUÍNOS EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES POR REGIÕES

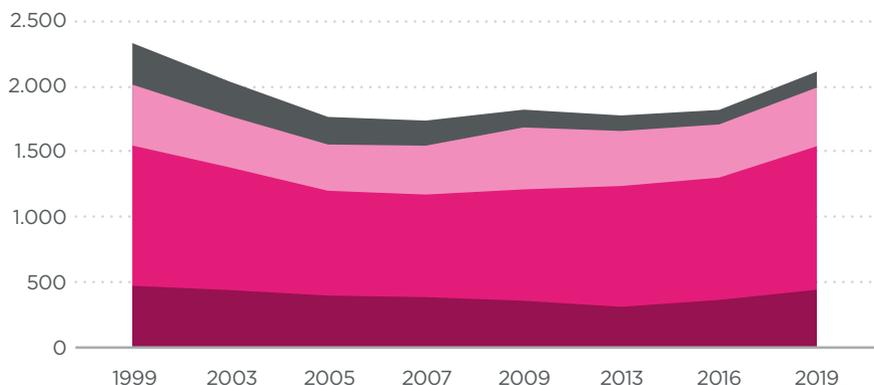


Suínos

No período 1999-2019, o efetivo de suínos verificou uma evolução negativa de 9% em termos gerais, no Continente. Apesar deste decréscimo, algumas regiões mantiveram o seu efetivo relativamente constante, como é o caso da Beira Litoral e do Ribatejo e Oeste, responsáveis por mais de 70% do efetivo nacional. Já o Alentejo aumentou o seu efetivo, com mais 30%. As restantes regiões, com menor peso no setor dos suínos (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Interior e Algarve) reduziram significativamente o seu efetivo, entre 60% a 80%, dependendo da região.

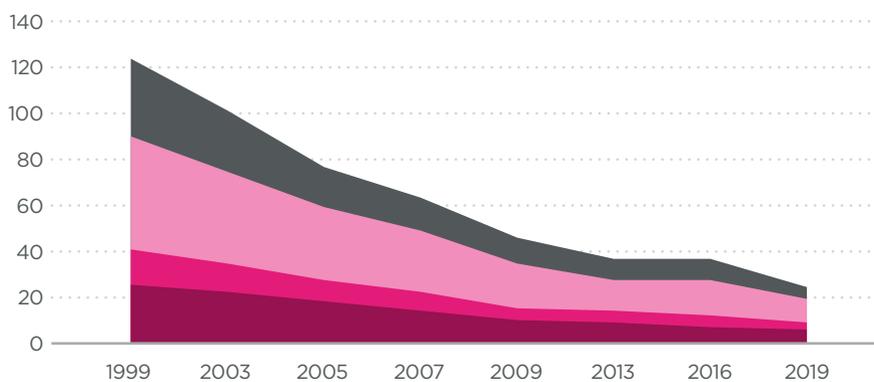
Evolução, por região, do efetivo total de suínos (milhares)

(nº)



Evolução, por região, do total de explorações com efetivo de suínos (milhares)

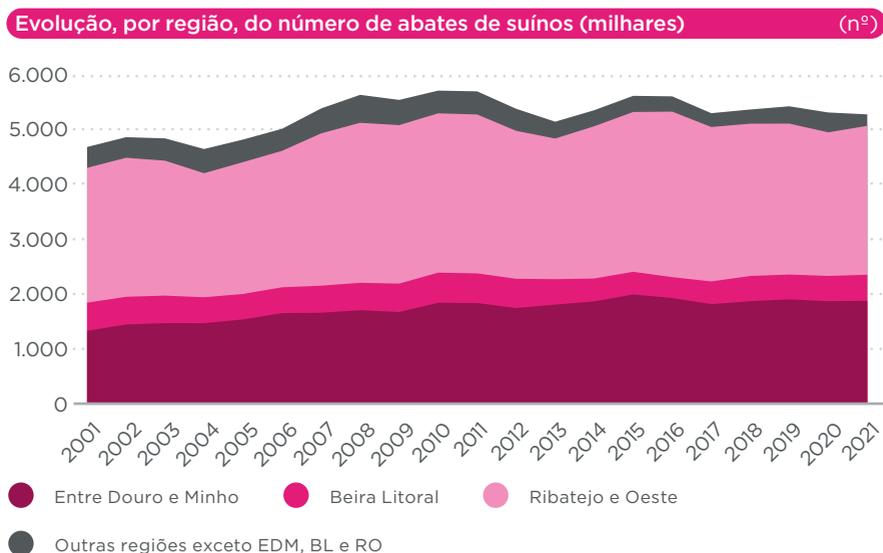
(nº)



Quanto ao número de explorações produtoras de suínos, os decréscimos verificados foram muito mais acentuados do que o efetivo, como se pode ver na figura respetiva, com reduções entre os 75% (Entre Douro e Minho) e 86% (Ribatejo e Oeste). As regiões apresentadas na figura foram as que registaram os menores decréscimos relativos e as únicas que reforçaram a sua importância.

Destaca-se a grande redução verificada no Ribatejo e Oeste. Por seu lado, a região da Beira Litoral possui 36% das explorações, seguindo-se Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes com 12% e 11%.

Quanto aos abates, ocorrem principalmente em três regiões que, em conjunto, abatem, em número de animais, 95% dos suínos, nomeadamente Ribatejo e Oeste (42%), Entre Douro e Minho (29%) e Beira Litoral (24%). Estas regiões reforçaram a sua importância, aumentando o número de abates, em detrimento das restantes regiões, com a Beira Litoral a crescer quase 50%, Entre Douro e Minho 30% e o Ribatejo e Oeste apenas 2%.



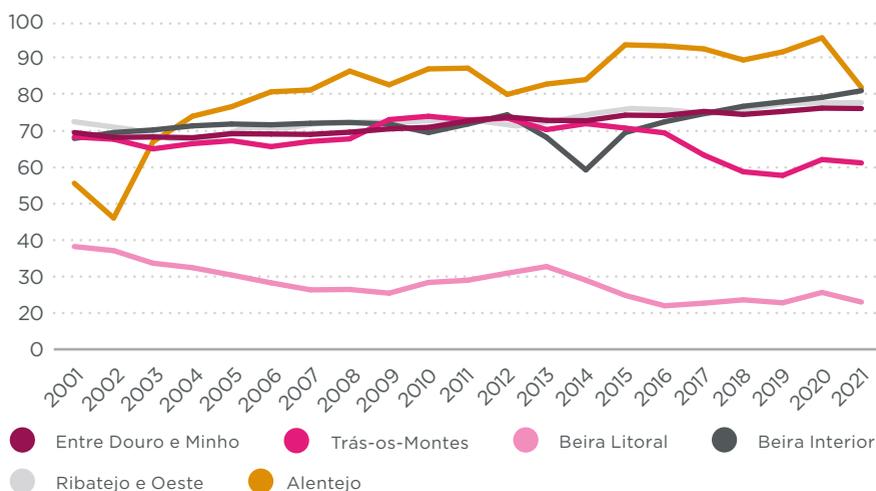
O volume de suínos abatidos em cada região difere do número de abates. A região do Ribatejo e Oeste é responsável por metade do volume abatido, tendo crescido 10% nos últimos vinte anos. A segunda região mais importante é Entre Douro e Minho, com 35% do volume abatido, com um crescimento relativo superior à região anterior.

Desta análise sobressai a Beira Litoral que, apesar de possuir 24% dos abates em número, apenas detém 9% do volume de abates.

Isto acontece devido ao tipo de animais abatidos, em que mais de ¾ dos abates foram leitões, refletindo-se na produtividade da região.



Evolução, por região, do volume de abate de suínos por animal (kg/cabeça)



Como referido atrás, da figura da produtividade sobressaem as produtividades da Beira Interior, bastante inferiores às restantes devido ao elevado peso de abates de leitões (75%), e a do Alentejo, que é bastante superior às restantes, uma vez que falamos também de porco alentejano, engordado em montanha para um outro fim que é o presunto, sendo abatido com mais peso. Ainda em termos de produtividade, observa-se um gradual aumento ao longo do período em causa, nomeadamente de 23%.

À exceção de Trás-os-Montes e da Beira Litoral, esta última porque se tem especializado em leitões, significando aos dias de hoje, em número de abates, mais 25% do que há vinte anos, todas as outras regiões aumentaram o seu peso médio de abate.

4. COMÉRCIO INTERNACIONAL

Balança comercial do setor da suinicultura

Milhões €	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Exportações	69,1	78,6	101,0	116,5	146,7	144,0	164,4	113,3	99,2	125,9	180,0	160,3
Animais vivos	20,9	26,9	30,8	30,3	26,6	34,3	33,0	31,6	29,3	43,5	65,5	60,3
Carne	48,2	51,8	70,2	86,3	120,1	109,7	131,4	81,8	69,9	82,4	114,5	100,0
Importações	401,0	407,7	414,1	461,4	481,8	422,6	377,1	426,4	400,9	425,2	387,3	378,5
Animais vivos	169,9	175,7	154,4	167,7	173,3	151,2	126,0	141,9	126,5	140,4	129,1	106,5
Carne	231,1	232,1	259,6	293,7	308,5	271,4	251,1	284,5	274,4	284,8	258,2	272,0
Balança comercial	-331,8	-329,1	-313,1	-344,8	-335,1	-278,6	-212,7	-313,0	-301,7	-299,3	-207,4	-218,2
Animais vivos	-148,9	-148,8	-123,7	-137,4	-146,7	-116,9	-93,0	-110,3	-97,2	-96,9	-63,7	-46,1
Carne	-182,9	-180,3	-189,4	-207,4	-188,4	-161,7	-119,7	-202,7	-204,5	-202,4	-143,7	-172,1

Na última década, o saldo da balança comercial do setor da suinicultura e da produção de carne de suínos tem melhorado de uma forma geral, apesar de algumas oscilações. Em 2010, existia um saldo negativo da balança comercial de -332 milhões de euros, que em 2021 passou a ser de -218 milhões de euros. Neste período, o valor menos negativo foi atingido em 2020 (207 milhões de euros) e mais negativo em 2013 (345 milhões de euros).

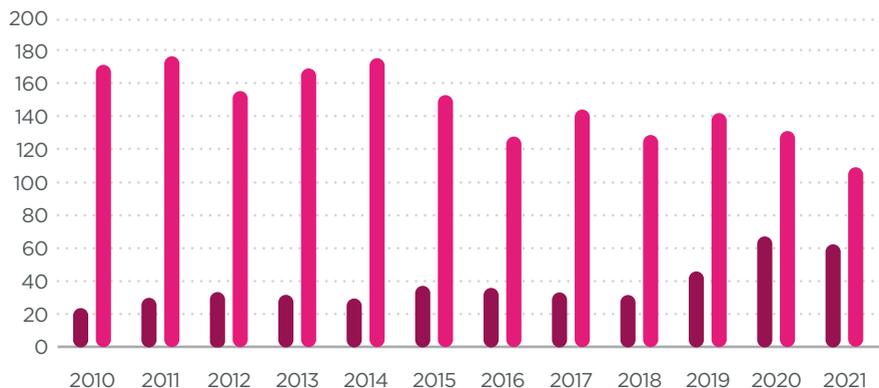
Este saldo negativo deve-se, especialmente, à importação de carne que, em 2021, se situou acima dos 270 milhões de euros. Pode-se concluir que Portugal se encontra muito longe da sua autossuficiência em termos de carne de suíno, uma vez que a exportação de carne é da ordem dos 100 milhões de euros.

Além do grande aumento verificado na importação de carne (+18%), destaca-se um enorme crescimento da exportação de animais vivos e de carne de suíno, na ordem dos 132%.



Balança comercial de suínos vivos

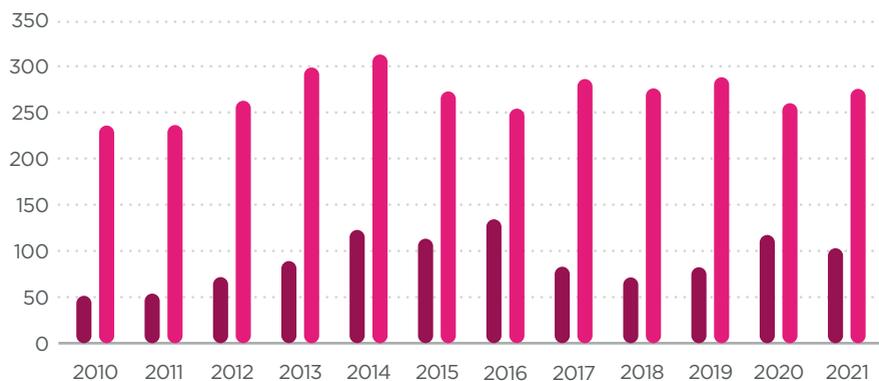
(10⁶€)



● Exportação ● Importação

Balança comercial de carne de suíno

(10⁶€)



● Exportação ● Importação

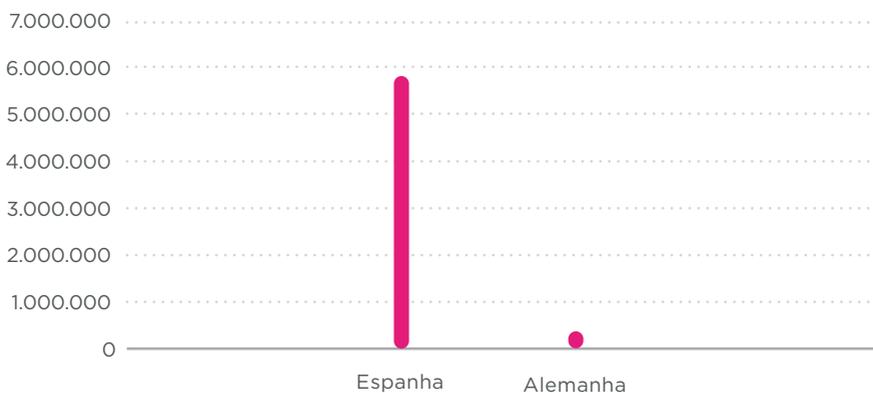
Em suma, realça-se que, apesar do saldo da balança comercial ser negativo, uma vez que o crescimento das importações em valor absoluto é superior ao das exportações, o aumento relativo é superior nas exportações face às importações, o que tem levado a uma melhoria da balança.

Analisando a balança comercial de cada grande grupo de produto, pode-se concluir o seguinte:

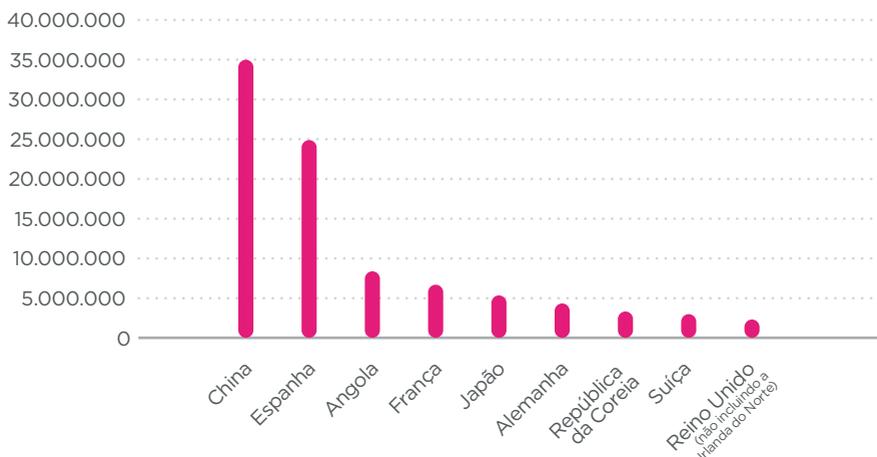
- Ao longo do período 2010-2021, o saldo entre exportações e importações de animais vivos foi-se tornando cada vez menos negativo, atingindo a sua mínima diferença do período em 2021, devido ao aumento das exportações e à redução das importações.
- Ao longo da última década, o saldo de carne de suíno tem oscilado bastante, observando-se uma clara correlação das exportações com as importações: nos anos de menores importações, verificam-se mais exportações, mantendo-se a balança sempre no mesmo intervalo de variação, em torno dos 200 milhões de euros negativos.

Em 2021, os dois principais locais de destino dos suínos vivos, em valor, representaram quase 100% das exportações em conjunto: Espanha com 96,4% e Alemanha com 3,4%. O mercado alemão é relativamente recente, surgiu em 2015, e desde 2017 tem-se mantido estável.

Exportações de suínos vivos, em 2021, por principal local de destino (€)

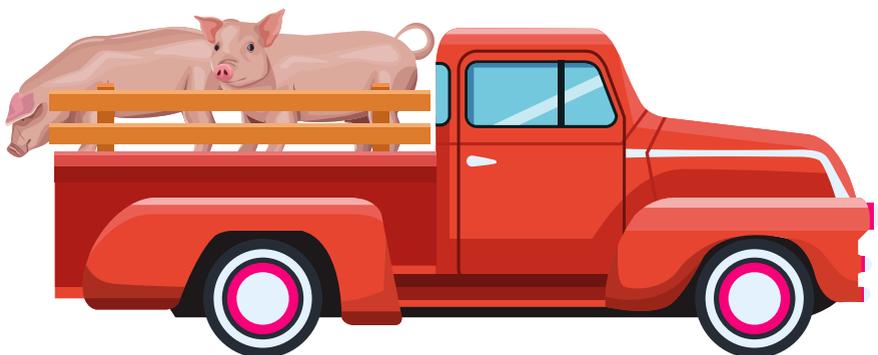


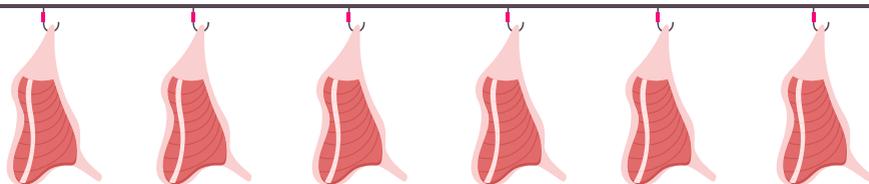
Exportações de carne de suíno, em 2021, por principal local de destino (€)



Relativamente às exportações de carne de suíno, em 2021, os principais destinos foram a China, Espanha, Angola, França e Japão que, em conjunto, representaram 80% das exportações portuguesas de carne de porco. Estas exportações têm maior importância do que a exportação de animais vivos, representando quase $\frac{3}{4}$ das exportações dos suínos. Destacam-se ainda os mercados da Coreia e do Japão, que têm crescido significativamente nos últimos anos.

No que às importações diz respeito, o mercado de animais vivos da espécie suína é quase o dobro do das exportações, apesar de se ter vindo a reduzir nos últimos anos. Os principais países de origem são a Espanha e a Bélgica que, em conjunto, representam 99% das importações, tendo os Países Baixos a restante percentagem.

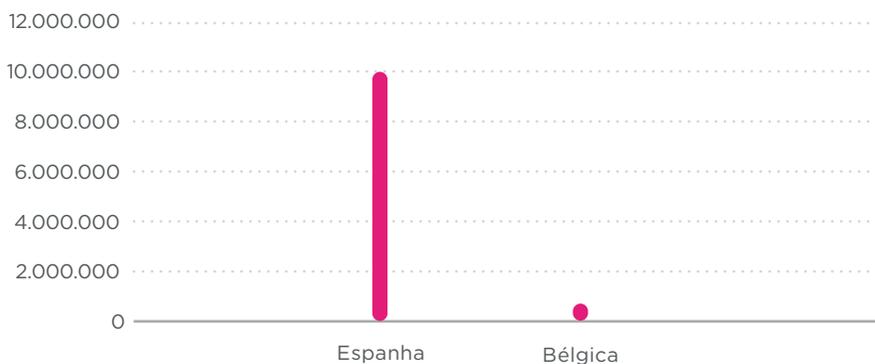




Quanto às importações de carne, que também são significativamente superiores às exportações, quase o triplo, são essencialmente provenientes de Espanha (96%), seguindo-se alguns países com menor importância, como a Alemanha, os Países Baixos, a França e a Bélgica.

Importações de suínos vivos, em 2021, por principal local de origem (€)

(€)



Importações de carne de suíno, em 2021, por principal local de origem (€)

(€)

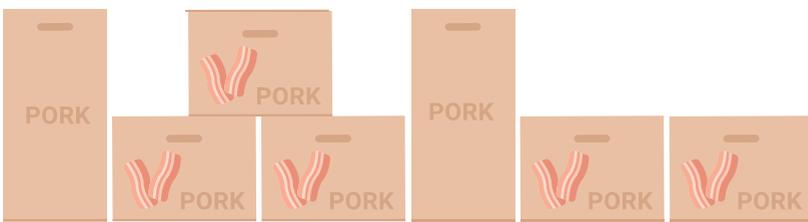
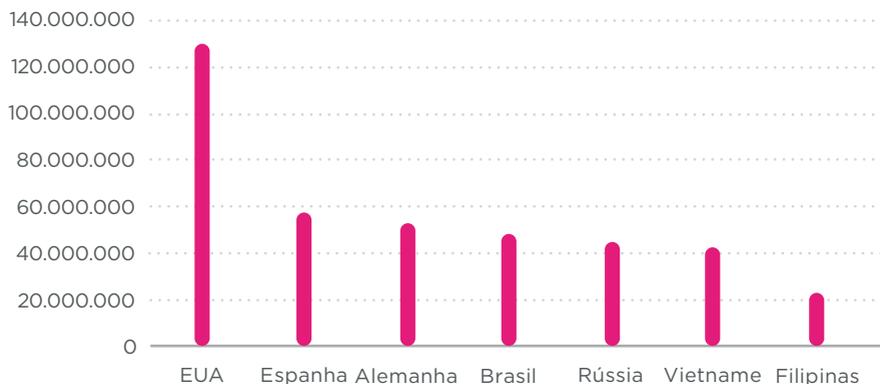


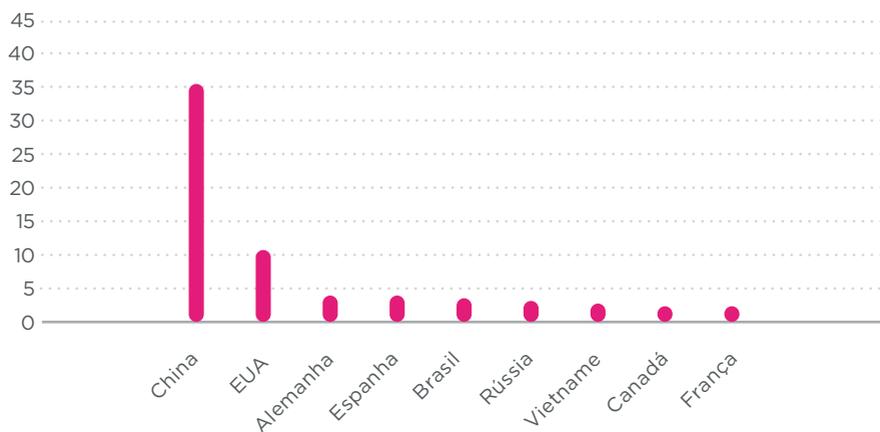
5. PRODUÇÃO NO MUNDO

Em 2020, foram abatidos cerca de 692 milhões de suínos, dos quais os EUA (19%), Espanha (8%) Alemanha (8%), Brasil (7%), Rússia (7%), Vietname (6%) e Filipinas (4%) representaram quase dois terços. Portugal foi responsável por 0,81% do abate de suínos nesse ano.

Abate de suínos, por principal país produtor, em 2020

(Cab. Ani.)





Em termos de produção de carne, em 2020, foram produzidas cerca de 100 milhões de toneladas, com a China e os EUA a representarem 52% da produção mundial. Realça-se que a China não aparece nos abates em números de animais por não haver dados oficiais. Portugal foi responsável por 0,37% da produção mundial de carne de suíno.



6. OUTLOOK

À escala mundial

A produção de carne de porco apresenta uma tendência de subida à escala mundial que deverá atingir os 10% a 15% até 2030. No entanto, o surto de peste suína africana continuará a ter impacto em alguns países nos primeiros anos da década (nomeadamente na China, Filipinas e Vietname). Espera-se, no entanto, que a partir de finais de 2023 a situação estabilize e que se retome o aumento da oferta à escala global. Em termos europeus, é esperada a manutenção dos atuais níveis de oferta. No entanto, a Rússia (o quarto maior produtor de carne de porco) deverá continuar a ver restringida a sua oferta para o espaço europeu, devido às restrições de comércio internacional que decorrem do conflito na Ucrânia. Esta circunstância poderá criar uma escassez relativa de oferta no mercado e vir a refletir-se em novas oportunidades para os produtores de outros países. Contudo, as projeções internacionais apontam para uma redução da produção europeia em cerca de 0,8%/ano até 2031.

Por seu lado, o consumo à escala global tenderá a aumentar ao longo dos próximos dez anos, esperando-se que a carne de porco venha a representar cerca de 33% do total de aumento previsto no consumo de carne. No espaço europeu, não se deverá verificar esta tendência, pois é esperada uma redução marginal deste consumo (menos 0,5%/ano), à medida que a composição da dieta alimentar tende a substituir a carne de porco por carne de aves, geralmente apercebida como mais barata e mais saudável.

Em Portugal

A nível nacional, a situação deverá ser idêntica ao esperado para o restante espaço europeu: um mercado relativamente estável, com ligeira contração de volumes, mas que poderá aproveitar algumas oportunidades decorrentes das restrições ao comércio internacional com a Rússia.

Rating atual c/perspetiva de evolução estável



Perspetiva global de investimento válida até nova atualização.

A SOLUÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DOS SEUS EQUIPAMENTOS

AGRO LEASING



AGRO LEASING

O Leasing é uma solução de financiamento a médio e longo prazo para aquisição de todo o tipo de equipamentos e maquinaria agrícola. Consiste num contrato que permite ao Cliente usufruir de um bem, mediante o pagamento de uma renda, por determinado período, dispondo da opção de compra no final do contrato pelo valor residual (estipulado no início do contrato).

VANTAGENS:

- **Rendas atrativas**, sem imposto de selo sobre a abertura de crédito e sobre os juros
- **Flexibilidade nas condições de financiamento**, com prazo, entrada inicial e valor residual ajustados às necessidades do Cliente
- **Valor Residual** permite postecipar o pagamento de uma parte do valor financiado para o final do contrato
- Possibilidade de efetuar **cessão de posição contratual** no decorrer do contrato, mediante acordo do Banco

FISCALIDADE E TRATAMENTO CONTABILÍSTICO:

- **Dedução dos encargos financeiros** (juros) incluídos nas rendas
- **Dedução das amortizações dos bens** em locação financeira (até aos limites legalmente estabelecidos)
- **Dedução do IVA** incluído nas rendas

PRAZO:

- De **12 a 84 meses**
- Análise casuística para prazos superiores, em função da vida útil do bem

ENTRADA INICIAL E VALOR RESIDUAL:

- **Entrada inicial variável**, em função do risco da operação
- **Valor Residual**: percentagem que incide sobre o montante global da operação e que representa o valor pelo qual o Locatário (Cliente) pode tornar-se proprietário do bem, no final do prazo, se essa for a sua intenção (mínimo de 1€ a 2% do P.V.P.)

RENDAS:

- **Periodicidade**: mensal ou trimestral
- **Plano de rendas sazonal** (negociável de acordo com o ciclo de produção da exploração agrícola)

GARANTIAS:

- Definidas aquando da análise de risco de crédito



Millennium
bcp Empresas

AQUI CONSIGO

A close-up photograph of several piglets. The focus is on their faces, showing their pinkish-red skin, large, dark, glossy eyes, and prominent snouts. The piglets are huddled together, with their heads resting on each other. The lighting is warm and soft, highlighting the texture of their fur.

Opinião

A SUINICULTURA EM PORTUGAL

A **SAPOR** é uma das empresas que detenho, PME Líder sete vezes nos últimos dez anos, ligada à suinicultura, com cerca de 35 anos de atividade, com legalidade para 1100 porcas reprodutoras, cumpre todos os requisitos legais para exercer a sua atividade, nomeadamente no TUA - Título Único Ambiental, o que, por si só, implica ter todas as licenças atualizadas.

Inserida no concelho do Cartaxo, numa propriedade com cerca de 30 ha, tem acompanhado ao longo dos anos a evolução do setor, possuindo instalações próprias, pavilhões modernos e equipados com tecnologia de topo, o que nos permite produzir animais cuja qualidade da carne ombreia com as melhores ao nível mundial.

Temos várias certificações, onde se destaca o Porco.pt, Bem-estar Animal e o HACCP.

Suinicultura portuguesa no presente...

A suinicultura portuguesa é uma atividade em franca evolução, com mercado quer ao nível interno quer externo, onde o cumprimento das regras comunitárias é uma realidade, nomeadamente na certificação do Bem-estar Animal e do Porco.pt.

Portugal não é autossuficiente em carne de porco, pois a sua produção é cerca de 60% do seu consumo.

Por outro lado, existe uma baixa produção no norte da Europa, tendo diminuído drasticamente o número de reprodutoras devido ao encerramento de algumas explorações, por vários motivos: explorações antigas onde os suinicultores não acompanharam a evolução do mercado, falta de continuidade no negócio pelos descendentes, questões políticas e outras.

... e no futuro

O setor da suinicultura está em reestruturação em Portugal para aumentar a produção de carne de porco nacional e abrir novos mercados estratégicos de exportação.

A pandemia veio mostrar o quanto a exigência é necessária nos setores de atividade em geral e da suinicultura em particular. O empenhamento, profissionalismo, resiliência e modernização dos empresários são fundamentais para ultrapassar os constrangimentos deste setor, que neste momento tem condições e mostra-se bastante favorável a esse desiderato. A proteína animal existente é deficitária para as necessidades mundiais.

Preparando-se para o futuro, os suinicultores estão a agrupar-se e a recorrer a associações, como a Biomeat da qual sou presidente, para, em conjunto, melhorar a produção da qualidade da carne. Assim, recorrendo à certificação

no Bem-estar Animal, ao Porco.pt, cumprindo todos os requisitos, tais como a Pegada Ecológica, desenvolvimento do mercado de proximidade, alimentação à base de cereais, com formulação idêntica para todas as explorações, tal como a genética, conseguem que haja um produto de qualidade, diferenciador, muito procurado. A Biomeat é uma referência, que permite aos suinicultores terem não só uma posição estratégica ao nível da colocação do seu produto, mas também uma mais-valia bastante interessante ao nível do preço.

A suinicultura portuguesa e o ambiente

Os suinicultores aplicam várias técnicas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa,

através do armazenamento e tratamento do estrume e do aproveitamento de energia, bem como do ajustamento das dietas de forma a diminuir o teor proteico, reduzindo assim o volume de amoníaco excretado. Fazem também investimentos regulares em sistemas de otimização da utilização de água, como lavagens de pavilhões com máquina de pressão e, ainda, a valorização agrícola dos efluentes produzidos.

No campo da energia, o setor tem vindo a racionalizar significativamente o consumo, economizando e melhorando a eficiência energética das explorações.

Em Portugal, existem várias explorações de suínos que já operam com energias renováveis,



como a solar térmica e a fotovoltaica (80% das explorações que fazem parte da Biomeat aderiram ou vão aderir a este tipo de energia), que permite reduzir o impacto ambiental e os custos de produção. A SAPOR é uma delas. Além disso possuímos o TUA – Título Único Ambiental, que implica ter todas as licenças atualizadas, com estação própria de tratamento de efluentes, impermeabilizada, com cerca de 2 ha.

Todo o estrume da exploração é introduzido diretamente nas nossas terras, cerca de 330 ha, obtendo uma mais-valia extraordinária ao nível da produção dos cereais e dando outra estrutura à terra. Esta utilização contribui igualmente para uma redução significativa dos custos, ao diminuir a quantidade de adubos químicos necessários, e beneficia o solo, que ganha maior capacidade de retenção de água, prevenindo assim a desertificação do território.

Toda a parte agrícola é assegurada pela SUSPIGA, outra empresa do grupo que detenho.

O milho é um dos cereais que cultivamos, com a particularidade de ser colhido e ir diretamente das propriedades para a exploração, o que nos dá uma mais-valia ao nível da rentabilidade. Tendo em conta que não necessitamos de proceder à sua secagem, conseguimos contribuir para

a redução significativa dos custos de produção, ao armazenar o milho como pastone para a alimentação dos animais. A grande mais-valia do pastone é ter mais de 15% de digestibilidade e com a vantagem de ser um produto fermentado. Como cultura de inverno produzimos cevada e trigo onde também aplicamos o estrume.

Para concluir todo este ciclo fechado de produção a **SAPOR** possui instalações próprias, fábrica de farinha e também faz todo o armazenamento dos cereais para consumir durante o ano.

Ulisses Antunes

Sócio Gerente da SAPOR



QUE FUTURO PARA O PORCO ALENTEJANO?

As explorações de porco alentejano são sistemas com elevado valor natural, onde a rusticidade e comportamento da raça são fundamentais para otimizar o manejo extensivo, em conjunto com outras espécies de exploração pecuária, garantindo assim a sustentabilidade do montado.

As características da qualidade do porco alentejano e dos seus derivados são devidas, fundamentalmente, à raça, ao modo de produção e à transformação. O sistema de produção mais frequente é o extensivo, mantendo o equilíbrio com a diversidade florestal, agrícola e pecuária das explorações, onde os animais engordam no campo, em regime de montanha, alimentando-se quase exclusivamente de bolotas e erva. O crescimento destes animais baseia-se nos recursos naturais das explorações com pastoreio permanente e

aproveitamento de outros recursos produzidos nas explorações. A suplementação alimentar necessária é efetuada com alimentos compostos devidamente selecionados baseados em formulações controladas.

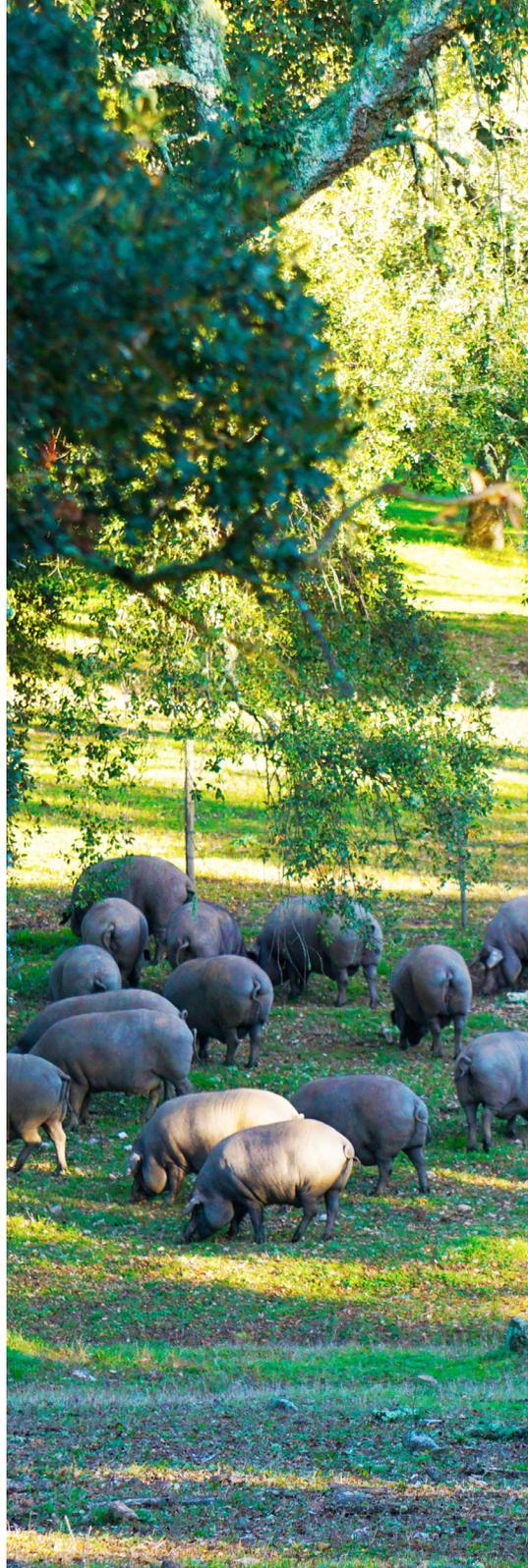
A maior capacidade que esta raça tem de acumular gordura e infiltrá-la dentro e por entre os músculos origina produtos transformados com características organoléticas e apresentação únicas. A engorda efetuada no montado coloca à disposição alimentos que conferem à gordura do porco alentejano características únicas para a transformação, e também origina gordura com elevados níveis de monoinsaturação e rica em antioxidantes naturais.

Nos últimos anos, tem-se observado uma diminuição gradual dos efetivos nacionais devido à evolução dos custos de produção sem um verdadeiro

reflexo nos preços de mercado. Com esta dinâmica, apareceu a pandemia da COVID-19 que veio criar ainda mais incertezas no setor, levando ao desaparecimento de um maior número de produtores. Em 2022, fruto principalmente da guerra Russo-Ucraniana, deu-se uma escalada dos custos tanto a nível da energia como das matérias-primas o que fez com que os preços dos alimentos compostos sofressem aumentos entre 72% e 74%, quando comparados com o mês homólogo do ano 2020.

Nos últimos 24 meses, o porco de campo também se deparou com aumentos de preços na ordem dos 55% a 58%, sendo, todavia, insuficientes para fazer frente ao aumento dos custos de produção, o que fez reduzir ainda mais a rentabilidade das explorações desta raça autóctone. Além disso, como se disse acima, o modo de produção do porco alentejano foca-se, sobretudo, na montanha e na alimentação com bolota, sendo o mercado controlado pelas indústrias espanholas e onde se esperam aumentos no valor de comercialização dos porcos na ordem dos 12% a 17% relativamente 2020, não sendo suficientes para compensar o elevado risco e empate de capital indexados a este segmento de produto.

As dificuldades ao nível da produção irão, certamente, refletir-se numa redução do número de animais engordados





em montanha na Península Ibérica. Também o número de reprodutores será afetado, sendo que o ano 2021 terminou com um total de 4.539 fêmeas reprodutoras inscritas no *Livro Genealógico da Raça Alentejana* e estima-se que o presente ano termine com um valor 5% a 9% inferior. A esta redução dos efetivos no curto espaço poderá corresponder uma valorização dos porcos alentejanos no futuro. Porém, só com uma redução considerável dos preços dos fatores de produção, em particular da energia e da alimentação, se poderá ver uma recuperação no setor nos próximos meses/anos.

Não só os mercados, mas também as políticas - nesta fase muito dependentes do PEPAC -, têm de salvaguardar a produção extensiva inserida no montado nacional, conservar a raça como património e fomentar a vitalidade e o investimento na agroindústria, apoiadas no montado e em produções ao ar livre. A este nível, temos tido dificuldade em entender as nossas autoridades competentes. Como se justifica a implementação no PEPAC de medidas específicas para o modo de produção intensivo não tendo em conta o extensivo? Refiro-me,

em particular, à medida A.3.5 do PEPAC, a qual bonifica as explorações suínas intensivas certificadas em Bem-estar animal, mas não reflete a produção extensiva! Haverá animal com maior bem-estar do que o porco alentejano alimentado com erva e bolota?

Diogo Camarate

Diretor Geral
ALPORC - Agrupamento dos
Lavradores Criadores de Porco
Alentejano, S.A.



ADIANTA SEMPRE VIR AO MILLENNIUM

Factoring e Confirming

Adiante o recebimento das suas faturas
e o pagamento aos seus fornecedores.

Saiba mais
em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas

AQUI CONSIGO

O PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM 2023-2027

1. Introdução

No dia 1 de junho de 2018, a Comissão Europeia (CE) publicou três propostas legislativas para a Reforma da PAC (Política Agrícola Comum), a ser concretizada depois de 2020.

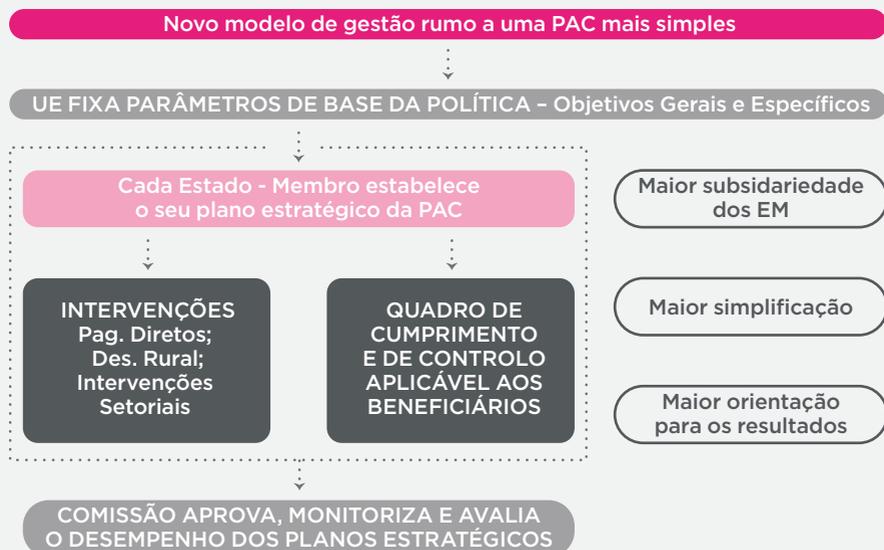
Um dos elementos centrais destas propostas consistia na definição de um novo modelo de implementação da PAC, com uma nova distribuição de competências entre a União Europeia (UE) e os Estados-Membros (EM), visando promover uma maior subsidiariedade, maior simplificação e maior orientação para os resultados na implementação da PAC.

Este novo modelo de implementação da PAC baseou-se nos seguintes parâmetros (Figura 1):

- Fixação pela UE dos parâmetros base das políticas (os objetivos gerais e específicos e os diferentes tipos de intervenção);
- Elaboração por cada EM de um **Plano Estratégico da PAC (PEPAC)**;
- Aprovação, monitorização e avaliação do desempenho pela CE dos PEPAC nacionais.



Figura 1 - Novo Modelo de Gestão



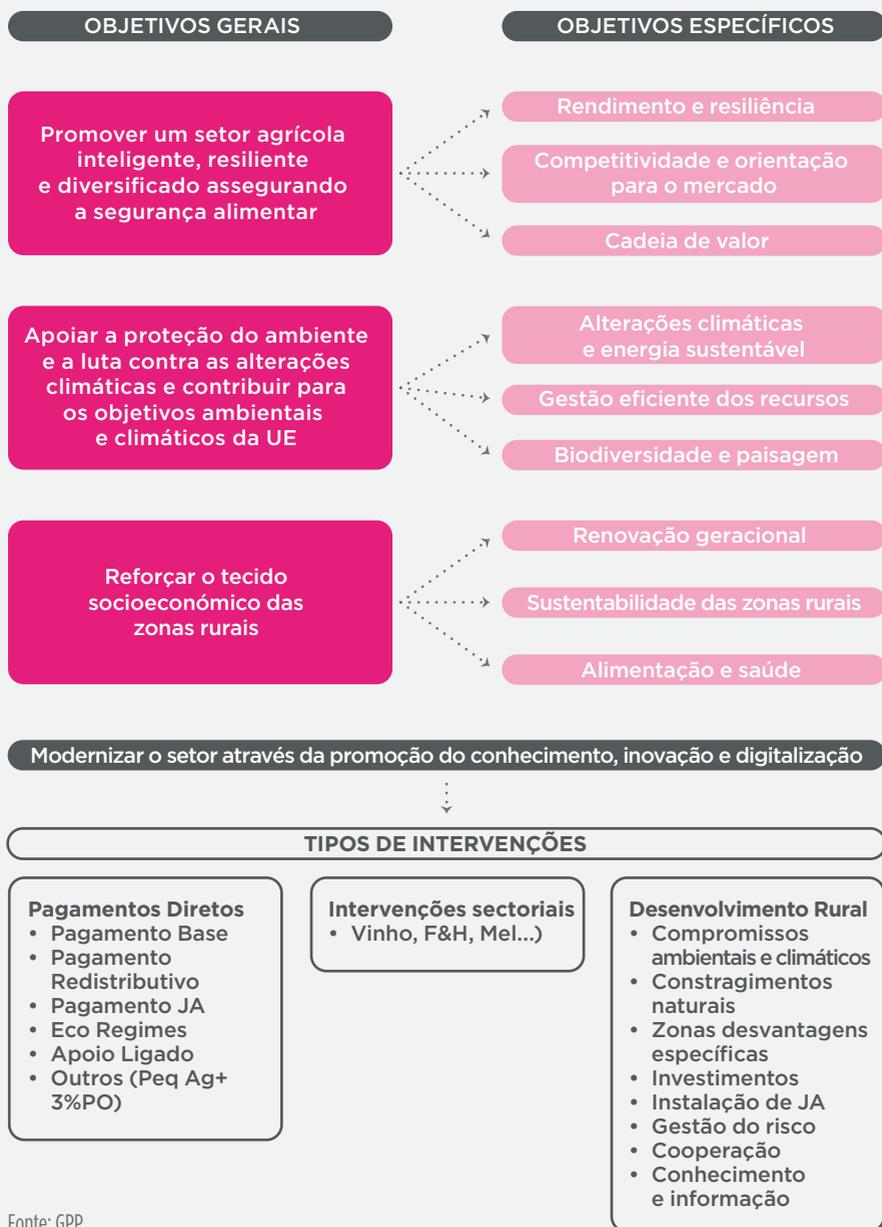
Fonte: GPP

Na elaboração do PEPAC, cada Estado-Membro esteve obrigado a:

- Respeitar os objetivos gerais e específicos fixados pela UE (Figura 2);
- Escolher as intervenções do 1º e 2º Pilar da PAC (Pagamentos diretos aos produtores, intervenções setoriais e Desenvolvimento Rural) mais adequados para a concretização dos objetivos em causa no contexto das respetivas realidades nacionais;
- Integrar o quadro de cumprimentos e de controlo aplicável aos respetivos beneficiários.



Figura 2 – Objetivos gerais, objetivos específicos e tipos de intervenções



Fonte: GPP

Em Portugal, o processo de elaboração do PEPAC para o período 2023-2027 ficou a cargo do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura. A Avaliação *Ex ante* e a Avaliação Ambiental Estratégica foram realizadas pela AGRO.GES.

Este processo de elaboração, que foi acompanhado por um Conselho de Acompanhamento de Revisão da PAC e integrou as Medidas de Intervenção do FEAGA (1º Pilar) e do FEADER (2º Pilar) aplicadas no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, decorreu até 30 de dezembro de 2021, data em que se procedeu à primeira submissão do PEPAC à CE.

A versão final do PEPAC nacional foi submetida em 12 de julho de 2022, tendo sido aprovada pela CE em 31 de agosto de 2022, conjuntamente com os PEPAC de seis dos restantes EM (Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda e Polónia).

2. Visão, eixos e domínios estratégicos do PEPAC nacional

O processo de elaboração do PEPAC consistiu na realização de diagnósticos da situação atual correspondentes a cada um dos diferentes objetivos específicos para os quais se procedeu às respetivas análises SWOT bem como à avaliação das necessidades. Com base nestes resultados foi definida uma lógica de intervenção e as respetivas visão, eixos e domínios estratégicos.

A visão estratégica proposta no âmbito do PEPAC nacional é a seguinte:

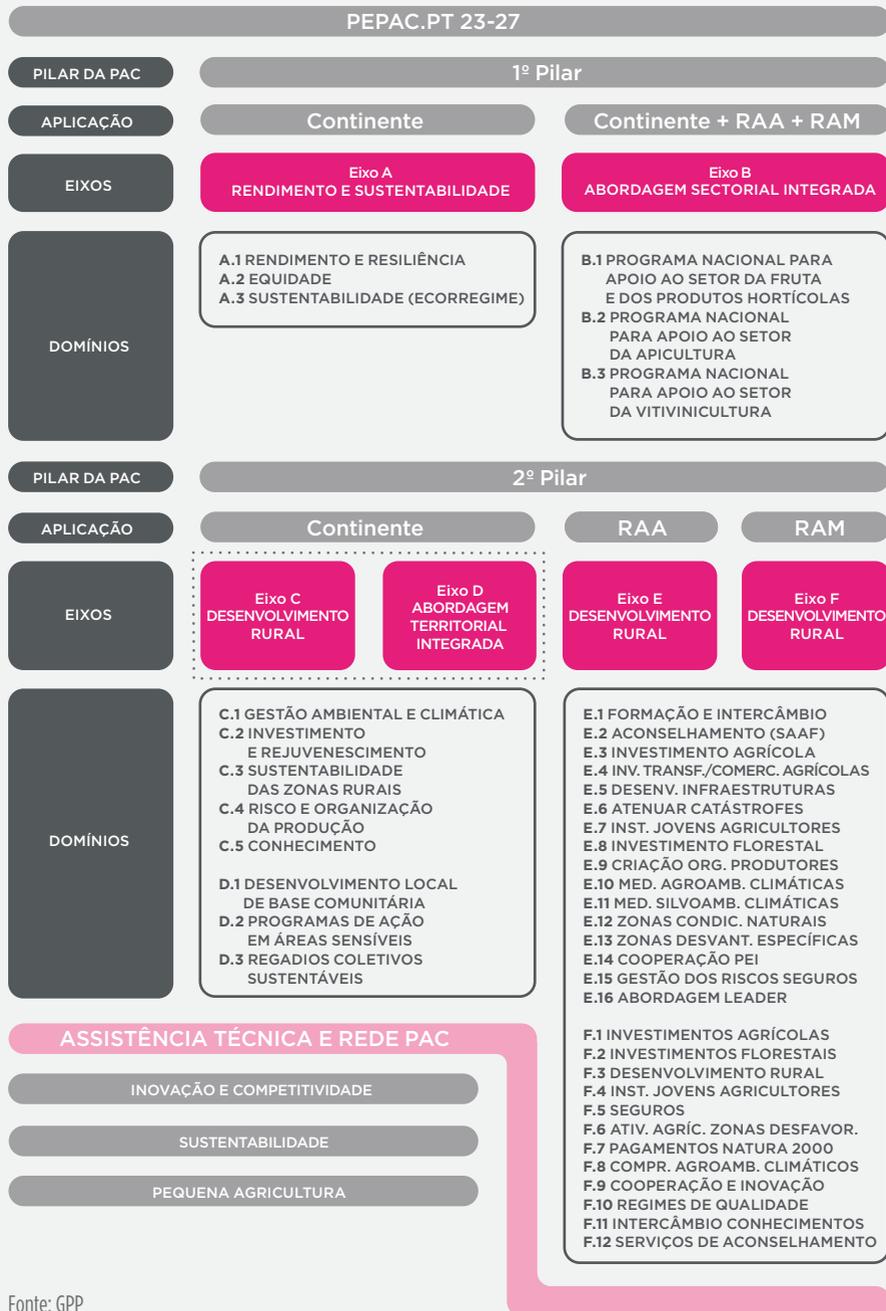
Uma gestão ativa de todo o território baseada numa **produção agrícola e florestal inovadora e sustentável.**

A arquitetura geral proposta para o PEPAC é de âmbito nacional, incorpora os diferentes tipos de intervenções que, no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores (RAA) e da Madeira (RAM), dizem respeito ao 1º Pilar (FEAGA, com exceção do Programa POSEI) e ao 2º Pilar (FEADER) da PAC e integra seis **Eixos Estratégicos** (Figura 3):



- **Eixo A – Rendimento e Sustentabilidade**, que se aplica apenas no Continente, com verbas do 1º Pilar e que integra três tipos de Domínios de intervenção, intitulados **Rendimento e resiliência (A1)**, **Equidade (A2)** e **Sustentabilidade (A3)**;
- **Eixo B – Abordagem Sectorial Integrada**, aplicável no Continente, na RAA e RAM, com verbas do 1º Pilar e que integra três tipos de Domínios de Intervenção, intitulados **Programa Nacional para Apoio ao Setor das Frutas e Produtos Hortícolas (B1)**, **Apicultura (B2)** e **Vitivinicultura (B3)**;
- **Eixo C – Desenvolvimento Rural**, com aplicação apenas no Continente, com verbas do 2º Pilar e que integra cinco tipos de Domínios de Intervenção, intitulados **Gestão Ambiental e Climática (C1)**, **Investimento e Rejuvenescimento (C2)**, **Sustentabilidade das Zonas Rurais (C3)**, **Risco e Organização da Produção (C4)** e **Conhecimento (C5)**;
- **Eixo D – Abordagem territorial integrada**, com aplicação apenas no Continente, com verbas do 1º Pilar e que integra três tipos de Domínios de Intervenção, intitulados **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (D1)**, **Programas de Ação em Áreas Sensíveis (D2)** e **Regadios Coletivos Sustentáveis (D3)**.
- **Eixo E – Desenvolvimento Rural**, com aplicação, apenas, na RAA, com verbas do 2º Pilar e que integra dezasseis tipos de Domínios de Intervenção;
- **Eixo F – Desenvolvimento Rural**, com aplicação apenas na RAM, com verbas do 2º Pilar e que integra doze tipos de Domínios de Intervenção.

Figura 3 – PEPAC – Versão aprovada em 31.08.2022



Fonte: GPP

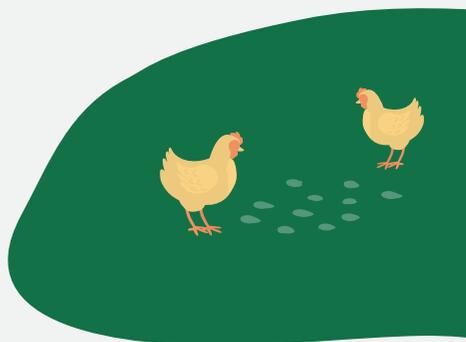
3. Principais tipos de intervenção do PEPAC nacional

Tendo apenas como referência a componente do PEPAC com aplicação no Continente, são inúmeros os tipos de intervenção (medidas de política) disponíveis no âmbito dos quatro **Eixos Estratégicos** (A, B, C e D) e dos catorze **Domínios de Intervenção** (Figura 4).

Sem pôr em causa a relevância da generalidade dos diferentes tipos de intervenções que integram o PEPAC nacional, existem, no entanto, algumas que, devido ao seu potencial impacto mais direto na viabilidade futura das explorações agrícolas de Portugal Continental e respetivo peso orçamental, merecem uma abordagem mais detalhada.

Tais intervenções constituem a resposta que se pretende dar, no âmbito do PEPAC, aos principais desafios:

- Como assegurar uma maior equidade, entre produtores e regiões, dos apoios diretos ao rendimento;
- Como contribuir para uma maior resiliência dos sistemas de produção que, tendo sofrido um impacto bastante negativo durante a pandemia, serão abrangidos pelas medidas utilizadas para assegurar uma maior equidade dos apoios ao rendimento;
- Como viabilizar economicamente os sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais que, não tendo condições para serem competitivos, poderão desempenhar funções relevantes no âmbito do clima, ambiente e territórios rurais;
- Como promover a competitividade económica dos sistemas de produção que poderão vir a ser competitivos no contexto dos mercados, cada vez mais alargados e concorrenciais, e sujeitos a uma procura crescente e mais exigente do ponto de vista da saúde humana e do planeta.

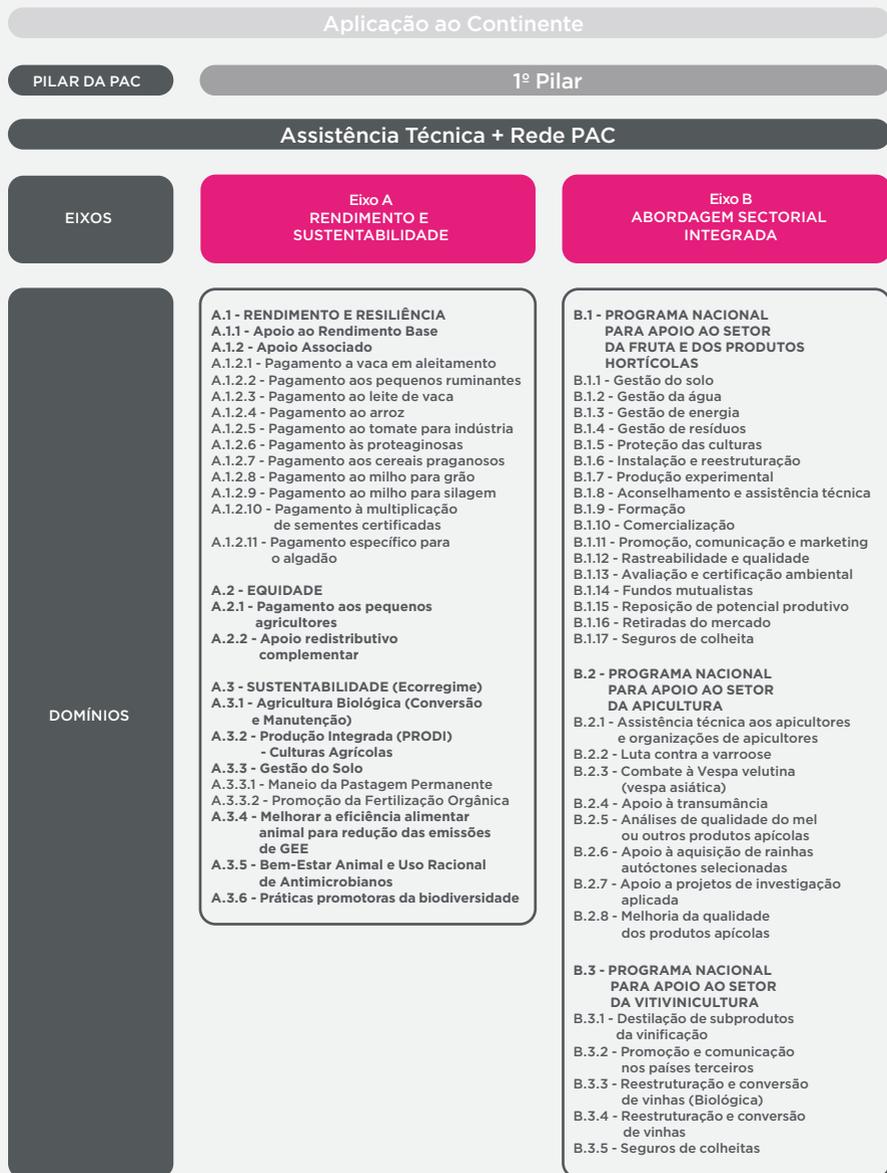


Para assegurar uma maior equidade na distribuição dos apoios aos rendimentos dos produtores, o PEPAC propõe um conjunto de novas medidas que constituem um corte significativo com o passado:

- Processo de convergência total dos Pagamentos Base (PB) do qual irá resultar o estabelecimento de um valor uniforme (*flat rate*) em 2026, igual para todos os hectares beneficiados por este tipo de pagamento;
- Aumento da superfície elegível por parte dos atuais beneficiários, como também a inclusão de novos beneficiários a quem atualmente não estão atribuídos direitos de PB;
- Fim do pagamento “*greening*”, que tem funcionado como um apoio direto adicional ao rendimento dos produtores dada a pouca exigência das respetivas condições de elegibilidade;
- Reforço das verbas atribuídas ao Pagamento Redistributivo (PR) e a sua atribuição prioritária às explorações agrícolas de menor dimensão;
- Aumento dos valores atribuídos às pequenas explorações agrícolas que venham a optar pelo Regime de Pequena Agricultura (RPA).



Figura 4 – PEPAC – Eixos e Domínios Estratégicos e diferentes tipos de intervenção para o Continente



(Continua)

Aplicação ao Continente

PILAR DA PAC

2.º Pilar

Assistência Técnica + Rede PAC

EIXOS

Eixo C
DESENVOLVIMENTO RURAL
Continente

Eixo D
ABORDAGEM TERRITORIAL INTEGRADA
Continente

DOMÍNIOS

C.1 - GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

C.1.1 - Compromissos Agroambientais e Clima

C.1.1.1 - Uso Eficiente dos Recursos Naturais:

C.1.1.1.1 - Conservação do solo

C.1.1.1.1.1 - Sementeira direta

C.1.1.1.1.2 - Enrelvamento

C.1.1.1.1.3 - Pastagens Biodiversas

C.1.1.1.2 - Uso eficiente da água

C.1.1.2 - Manutenção de sistemas extensivos

com valor ambiental ou paisagístico

C.1.1.2.1 - Montados e Lameiros

C.1.1.2.2 - Culturas Permanentes e Paisagens Tradicionais

C.1.1.3 - Mosaico Agroflorestal

C.1.1.4 - Manutenção de Raças Autóctones

C.1.1.5 - Conservação e melhoramento de recursos genéticos (animais, vegetais e florestais)

C.1.2 Manutenção da atividade agrícola em zonas com condicionantes

C.1.2.1 - Apoio às Zonas com Condicionantes Naturais

C.1.2.2 - Pagamento Rede Natura

C.2 - INVESTIMENTO E REJUVENESCIMENTO

C.2.1 - Investimentos na Exploração Agrícola

C.2.1.1 - Investimento Produtivo Agrícola - Modernização

C.2.1.2 - Investimento Agrícola para Melhoria do Desempenho Ambiental

C.2.1.3 - Investimentos Não Produtivos

C.2.2 - Instalação de Jovens Agricultores

C.2.2.1 - Prémio Instalação de Jovens Agricultores

C.2.2.2 - Investimento Produtivo de Jovens Agricultores

C.3 - SUSTENTABILIDADE DAS ZONAS RURAIS

C.3.1 - Investimentos na Bioeconomia de base Agrícola/Florestal

C.3.1.1 - Investimento produtivo Bioeconomia - Modernização

C.3.1.2 - Investimento na Bioeconomia para Melhoria do Desempenho Ambiental

C.3.2 - Silvicultura Sustentável*

C.3.2.1 - Florestação de terras agrícolas e não-agrícolas

C.3.2.2 - Instalação de sistemas agroflorestais

C.3.2.3 - Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos

C.3.2.4 - Restabelecimento do potencial silvícola na sequência de catástrofes naturais,

D.1 - DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA

(Preparação Estratégias Desenvolvimento Local (EDL); Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL); Custos de funcionamento, animação e Cooperação GAL)

D.2 - PROGRAMAS DE AÇÃO EM ÁREAS SENSÍVEIS

D.2.1 - Planos Zonais Agroambientais

D.2.2 - Gestão do montado por resultados

D.2.3 - Gestão integrada em zonas críticas

D.2.4 - Proteção de espécies com Estatuto - Superfície agrícola

D.2.5 - Proteção de espécies com Estatuto - Silvoambientais

D.3 - REGADIOS COLETIVOS SUSTENTÁVEIS

D.3.1 - Desenvolvimento do regadio sustentável

D.3.2 - Melhoria da sustentabilidade dos regadios existentes

de fenómenos climáticos adversos

ou de acontecimentos catastróficos

de ecossistema

C.3.2.5 - Promoção dos serviços

de ecossistema

C.3.2.6 - Melhoria do valor económico

das florestas

C.3.2.7 - Gestão da Fauna Selvagem

C.3.2.8 - Prémio à perda de rendimento

e à manutenção de investimentos florestais

C.4 - Risco e Organização da Produção

C.4.1 - Gestão dos Riscos

C.4.2 - Apoio à Promoção de Produtos de Qualidade

C.4.3 - Organização da Produção

C.5 - Conhecimento

C.5.1 - Grupos Operacionais para a Inovação

C.5.2 - Formação e Informação

C.5.3 - Aconselhamento

C.5.4 - Conhecimento Agroambiental e Climático

C.5.5 - Aconselhamento Técnico Especializado

*Conteúdos desenvolvidos pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC)

Deste conjunto de medidas irá resultar uma quebra muito significativa nos valores unitários dos apoios diretos ao rendimento atualmente atribuídos às explorações agrícolas cuja orientação produtiva dominante sejam o milho, o arroz, o tomate para indústria, o leite e os bovinos de carne intensivos, cujos PB por hectare eram, por razões históricas, muito mais elevados do que a média nacional. Por seu lado, as medidas propostas irão discriminar positivamente aquelas explorações, ou de menor dimensão ou que beneficiem de PB com valores abaixo da média, ou que nem sequer eram beneficiadas por outros tipos de apoios ao rendimento, assim como as respetivas regiões.

No que diz respeito à intervenção para uma maior resiliência dos produtores que, apesar de terem tido uma contribuição decisiva para a economia do setor agrícola português sofreram fortes impactos negativos com a crise pandémica, serão fortemente penalizados pelo processo de convergência interna total proposto. O PEPAC prevê:

- Um reforço dos valores unitários e das verbas atribuídas aos pagamentos ligados à produção do arroz, do tomate para indústria e das vacas leiteiras;
- A inclusão no futuro sistema de pagamentos ligados à produção de apoios aos cereais de outono/inverno e aos milhos para grão e forragem e às proteaginosas.

Desta forma, pretende-se compensar parcialmente as quebras nos valores unitários dos PB das explorações agrícolas que desempenhem um papel decisivo quer do ponto de vista do abastecimento do mercado interno (arroz, cereais e leite), quer das exportações (tomate para indústria).

No que se refere à viabilização económica dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais que possam vir a desempenhar funções relevantes relacionadas com o clima, o ambiente e os territórios rurais, o PEPAC adotou um conjunto de medidas no contexto da chamada Arquitetura Verde. Este conjunto integra, além de um grupo reforçado de Boas Condições Agrárias e Ambientais (BCAA), os Regimes Ecológicos e os Compromissos Agroambientais e Clima baseados na adoção de práticas agrícolas e agroflorestais orientadas prioritariamente para:

- A expansão dos modos de produção biológica e de produção integrada;
- Um uso mais eficiente e sustentável dos fatores de produção agrícola;
- Uma gestão sustentável do solo e dos recursos hídricos;
- Uma promoção da biodiversidade e das paisagens agrícolas;
- Uma ocupação do território capaz de contribuir quer para uma melhor prevenção dos incêndios rurais, quer da sua coesão económica e social.

Trata-se, portanto, de uma aposta clara num conjunto de intervenções direcionadas para o combate às alterações climáticas, a gestão sustentável dos recursos naturais e o restauro da biodiversidade e das paisagens agrícolas, baseadas num processo de transição para um modelo tecnológico agrícola de intensificação sustentável, através da expansão dos modos de produção biológica, de conservação e de precisão, assim como dos sistemas agroflorestais baseados em prados naturais e semeados melhoradores.

Por último, a promoção de ganhos de produtividade económica será incentivada, no âmbito do PEPAC e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), pelos apoios aos investimentos nas explorações agrícolas e nas empresas agroindustriais e pelas Redes de Inovação criadas pela Agenda para a Inovação para a Agricultura Portuguesa e potenciada pelo reforço:

- das Organizações de Produtores (OP) agrícolas e da sua posição no contexto das respetivas cadeias alimentares;
- do sistema de gestão de risco e de estabilização dos rendimentos dos produtores agrícolas; e
- da fileira de investigação, experimentação e divulgação produtiva e tecnológica.

Conclui-se, assim, que o PEPAC constitui uma contribuição positiva para a resolução de um conjunto significativo de desafios futuros para a agricultura portuguesa, na próxima década, cuja concretização dependerá da forma como vierem a ser operacionalizadas as medidas propostas, assim como a aplicação dos fundos financeiros disponíveis.

4. Propostas financeiras do PEPAC nacional

O montante da despesa pública total do PEPAC para o período 2023-2027 é de 6.713 M€ a que correspondem:

- 3.860 M€ de verbas FEAGA (1º Pilar) e 2.853 M€ de verbas do FEADER (2º Pilar);
- 3.487 M€ de verbas para o financiamento das intervenções integradas no Eixo A, 372 M€ no Eixo B, 2.096 M€ no Eixo C, 310 M€ no Eixo D, 231 M€ no Eixo E e 141 M€ no Eixo F, bem como à componente de Assistência Técnica e Rede PAC;
- 5.968 M€ de verbas para financiar apenas as intervenções no Continente, 231 M€ na RAA, 141 M€ na RAM e 372 M€ no conjunto do país.

No contexto das verbas do FEAGA e do FEADER importa ainda sublinhar que entre 2023 e 2027:

- Os apoios associados à produção dos diferentes produtos agrícolas (vacas em aleitamento, pequenos ruminantes, leite de vaca, arroz, tomate para indústria, pagamentos às proteaginosas, aos cereais praganosos, milho para grão, milho para silagem e à multiplicação de sementes) irão beneficiar de uma verba total de 692 M€;
- Os apoios no âmbito dos pagamentos à pequena agricultura e pagamento redistributivo irão dispor de um financiamento de 668 M€;
- Os apoios no âmbito dos ecorregimes terão um financiamento total de 874 M€;
- As intervenções no âmbito do 2º Pilar que dizem respeito ao domínio da Gestão Ambiental e Climática irão dispor de um financiamento total de 780 M€, dos quais 603 M€ com origem no FEADER.

De acordo com as estimativas da AGRO.GES, o valor anual disponível para financiar os diferentes tipos de intervenções irá sofrer uma alteração significativa, e vem expresso nos dados que se referem aos anos 2020 e 2026, e cuja comparação importa sublinhar (ver quadro seguinte).

Alteração previsível do valor médio anual dos apoios do PEPAC, no Continente, em 2026, face à situação em 2020

Apoios	Tipos de intervenções	Total 2020		Previsões PEPAC 2026		Varição
		M€	%	M€	%	%
Apoio de base ao rendimento	A.1.1	452,37	30,6	250,64	20,0	-44,6
Outros apoios ao rendimento	A.2.1 + A.2.2 + C.1.2.1	243,61	16,5	211,64	16,9	-13,1
Apoios à produção vegetal	A.1.2.4 a A.1.2.10 + B.1	24,28	1,6	54,06	4,3	122,7
Apoios à produção animal	A.1.2.1. a A.1.2.3 + B.2	121,25	8,2	108,58	8,7	-10,4
Apoios ao Ambiente/Clima	A.3 + C.1.1 + C.1.2.2 + C.3.2	231,04	15,6	307,74	24,6	33,2
Apoios à Produtividade	C.2 + C.3.1 + C.4 + D.3 + B.3	353,72	24,0	267,14	21,3	-24,5
Apoios ao Território	D.1 + D.2	38,74	2,6	42,08	3,4	8,6
Apoios ao Conhecimento	C.5	11,41	0,8	11,38	0,9	-0,3
Total		1.476,42	100	1.253,26	100	-7,8

Fonte: Estimativas do Professor Francisco Avillez

- 1º - O apoio base ao rendimento (incluindo o *greening*) irá sofrer uma redução de cerca de 45% entre os dois anos referidos, que resultará num decréscimo do seu peso no orçamento anual total de cerca de 31% para cerca de 20%.
- 2º - Os outros apoios diretos ao rendimento dos produtores (pagamento redistributivo, regime da pequena agricultura e apoios às zonas com condicionantes naturais) irão decrescer cerca de 13%, no período em causa, mantendo um peso de cerca de 17% do respetivo orçamento anual.
- 3º - Os apoios associados à produção animal irão sofrer um decréscimo no respetivo valor anual de cerca de 10%, enquanto no que diz respeito à produção vegetal os apoios previstos correspondem a um aumento de cerca de 123%.
- 4º - O conjunto dos apoios no âmbito do ambiente e clima beneficiará de um aumento da ordem dos 33%, passando de cerca de 16% para 25% dos respetivos orçamentos totais anuais.



5º - As verbas disponíveis para medidas que visam o aumento da produtividade agrícola e agroalimentar irão decrescer entre 2020 e 2026, cerca de 25%, passando o seu peso orçamental de 24 para 21%.

6º - O aumento previsto para as medidas de âmbito territorial será de cerca de 9%, mantendo-se o valor anual dos apoios às medidas no âmbito do conhecimento.

Esta é, assim, uma proposta orçamental que privilegia as intervenções orientadas para uma maior equidade nos apoios ao rendimento e um reforço da resiliência e da sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola, sendo, no entanto, pouco ambiciosa no que diz respeito à competitividade económica futura das explorações agrícolas nacionais. Importa sublinhar que a existência de outros fundos associados, nomeadamente com o regadio e a inovação, poderão vir a compensar, pelo menos parcialmente, esta menor ambição económica.



Francisco Avillez

Professor Emérito do Instituto Superior de Agronomia e Fundador e Coordenador científico da AGRO.GES

A informação contida nesta *newsletter* tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta *newsletter* foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp"). As perspetivas e tendências indicadas nesta *newsletter* correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta *newsletter*. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta *newsletter*, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta *newsletter*, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta *newsletter* não é permitida sem autorização prévia.



www.millenniumbcp.pt

91 850 45 04 • 93 050 45 04 • 96 150 41 26 (chamada para rede móvel nacional) • + 351 21 004 24 24 (chamada para rede fixa nacional) • Atendimento personalizado disponível todos os dias das 08h às 22h, hora de Portugal Continental. O custo das comunicações depende do tarifário acordado com o seu operador. Banco Comercial Português, S.A., com sede na Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882 e o capital social de 4.725.000.000 de Euros.